



Diário Oficial Eletrônico

Município de Suzano

Poder
Executivo

Imprensa Oficial

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SUZANO

Imprensa Oficial do Município de Suzano, Lei Municipal nº 634 de 18 de Outubro de 1961, Decreto nº 9.059 de 28 de Julho de 2017

Paço Municipal - Rua Baruel, 501 - Centro - Suzano - SP - CEP: 08675-902 - Fone: 11 4745-2000

Ano: 03 - Edição EXTRA Nº 052.1 - 22 de março de 2019

SUMÁRIO

ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO	1
DECRETOS	1

ATOS OFICIAIS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO Nº 9.314 DE 21 DE MARÇO DE 2019

Nomela os integrantes da Comissão Especial, para análise do Plano de Trabalho do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, visando capacitação profissional e incentivo ao menor aprendiz e jovens ao mercado de trabalho, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SUZANO, usando das atribuições legais que lhes são conferidas; e,

DECRETA:

Art. 1º. A Comissão Especial, para análise do Plano de Trabalho do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, visando capacitação profissional e incentivo ao menor aprendiz e jovens ao mercado de trabalho, fica assim constituída:

I - Presidente

a) Regiane Borges Marques, SMA, Matr. PMS 2.448.

II - Membros

a) Valéria Takano de Rezende, SMA, Matr. PMS 5.230;

b) Vera Lúcia Correia de Freitas, SMA, Matr. PMS 4025;

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão à conta de verbas próprias dos orçamentos vigente e futuros, que serão suplementadas, se necessário, para atender a tal finalidade.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Prefeito Firmino José da Costa", 21 de março de 2019, 69º da Emancipação Político-Administrativa.

RODRIGO KENJI DE SOUZA ASHIUCHI- Prefeito Municipal

RENATO SWENSSON NETO - Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 9.315 DE 22 DE MARÇO DE 2019

Mantém o estado de emergência na área do atendimento médico-hospitalar de média com-

plexidade na saúde no Município de Suzano; determina a intervenção, mediante requisição administrativa, na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Suzano, na forma e pelo prazo que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SUZANO, usando das atribuições legais que lhes são conferidas; e, CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 guindou a saúde à categoria de direito social (CF, art. 6º);

CONSIDERANDO que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, nos termos da Constituição Federal (arts. 196 a 198), da Constituição do Estado (art. 219 e segs.) e da Lei Orgânica do Município de Suzano (arts. 178 a 180);

CONSIDERANDO que o Município tem que prestar serviços de atendimento à saúde da população, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado (CF, art. 30, VII);

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, ao dispor sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, estabelece que, para o atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, os Municípios têm competência para requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, para fazer valer as ações de interesse geral (art. 15, XIII), haja vista que uma de suas atribuições é fomentar, coordenar e executar programas e projetos estratégicos e de atendimento emergencial (art. 15, XXI);

CONSIDERANDO que, com a municipalização dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde - SUS, à Administração Pública local é atribuída a responsabilidade pelo atendimento médico-hospitalar de média complexidade prestado à população local, o qual é executado pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Suzano, pessoa jurídica de direito privado, qualificada como entidade filantrópica, com lastro nos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

CONSIDERANDO que essa instituição é a única entidade nosocomial de nossa cidade que presta serviço de atendimento médico-hospitalar de média complexidade ao Sistema Único de Saúde - SUS;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4, inciso II, da Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, por oferecer seus serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS em patamar superior a 60% (sessenta por cento), a citada entidade é

considerada benéfica e faz jus a essa certificação;

CONSIDERANDO que, face às inúmeras irregularidades verificadas e apontadas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, quanto ao atendimento médico-hospitalar prestado na aludida instituição, o Município de Suzano foi compelido a intervir em suas atividades, conforme Decreto Municipal nº 7.835, de 11 de agosto de 2009, que veio a ser sucessivamente prorrogado, até 10 de agosto de 2013, pelos Decretos Municipais nºs 7.892, 8.022 e 8.343, de 11 de fevereiro de 2010, 09 de fevereiro de 2011 e 07 de fevereiro de 2013, respectivamente, quando a mesma retornou à gestão de sua diretoria;

CONSIDERANDO que, decorridos poucos meses, houve a necessidade de uma outra intervenção do Poder Público, desta feita levada a cabo pelo Decreto Municipal nº 8.517, de 16 de janeiro de 2014, que vigorou até o dia 12 de fevereiro de 2017, nos termos dos Decretos Municipais nºs 8.587, 8.654, 8.837 e 8.886, de 15 de julho de 2014, 09 de janeiro de 2015, 12 de janeiro e 12 de abril de 2016, respectivamente;

CONSIDERANDO que, por intermédio do Decreto Municipal nº 8.998, de 08 de março de 2017, a atual Administração decretou estado de emergência na área do atendimento médico-hospitalar de média complexidade na saúde e determinou uma nova intervenção naquela instituição até o dia 09 de março de 2018;

CONSIDERANDO que o "Conselho Municipal de Saúde - CMS" é instância de caráter permanente e deliberativa da política de saúde de nossa cidade, sendo uma de suas atribuições propor medidas para aperfeiçoar o planejamento, a organização, a avaliação, o controle e a qualidade das ações e dos serviços prestados (Leis Municipais nºs 2.548 e 4.091, de 07 de junho de 1991 e 02 de janeiro de 2007)

CONSIDERANDO que levantamentos realizados na entidade indicam expressivos déficits na sua saúde financeira e fiscal, os quais se avolumam incessantemente, inclusive por força de ações judiciais, demandando enérgicas providências por parte dos responsáveis para o seu estancamento e saneamento;

CONSIDERANDO que somente quando forem sanadas todas as pendências administrativas, financeiras e operacionais, é que o Município de Suzano poderá se desincumbir desta medida corretiva, adotada em prol do bem estar social e do interesse público;

CONSIDERANDO que o "Conselho Municipal de Saúde", em Assembleia Geral realizada no dia 12 de março de 2019, houve por bem deliberar favoravelmente quanto à manutenção do estado de emergência na área do atendimento médico-hospitalar de média complexidade na saúde no Município de Suzano e a intervenção na "Irman-



Diário Oficial Eletrônico

Município de Suzano

Poder
Executivo

Imprensa Oficial

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SUZANO

Imprensa Oficial do Município de Suzano, Lei Municipal nº 634 de 18 de Outubro de 1961, Decreto nº 9.059 de 28 de Julho de 2017

Paço Municipal - Rua Baruel, 501 - Centro - Suzano - SP - CEP: 08675-902 - Fone: 11 4745-2000

Ano: 03 - Edição EXTRA Nº 052.1 - 22 de março de 2019

dade da Santa Casa de Misericórdia de Suzano", para garantir o atendimento à saúde da população, com humanização e qualificação;
CONSIDERANDO, finalmente, que, segundo elementos contidos no expediente administrativo protocolizado sob nº 005729/2018, de 06 de março de 2018, urge a edição de ato próprio para legitimar e orientar a presença do Poder Público na citada entidade,

DECRETA:

Art. 1º. Fica mantido o estado de emergência na área do atendimento médico-hospitalar de média complexidade da saúde pública no Município de Suzano, pelo prazo necessário à realização das providências cabíveis para a sua solução, conforme deliberado pelo "Conselho Municipal de Saúde" em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 12 de março de 2019.

Art. 2º. Diante da situação de anormalidade declarada no artigo anterior, fica mantida a intervenção na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Suzano, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF nº 51.261.998/0001-19 localizada na Avenida Antonio Marques Figueira, 1861- Vila Figueira-Suzano - SP - CEP: 08676 - 000, mediante requisição administrativa de seus bens e serviços, necessários ao seu regular funcionamento, a partir da 00h00 (zero hora) do dia 20 de março de 2019, até as 23h59 (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos) do dia 19 de março de 2020.

Parágrafo único. A intervenção a que se refere o "caput" deste artigo se destina a identificar, precipuamente, as irregularidades existentes e promover o seu saneamento financeiro, administrativo e operacional, com a finalidade de evitar a interrupção dos serviços de atendimento médico-hospitalar de média complexidade executados mediante a estrutura disponível, que permanecerá inalterada.

Art. 3º. O ato interventivo a que alude o art. 2º deste Decreto poderá:

- a.-) cessar antes de seu termo; ou,
- b.-) ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, de acordo com a necessidade e o interesse público.

Parágrafo único. O disposto no "caput" deste artigo dar-se-á mediante manifestação prévia do Interventor, seguida da análise técnica do Secretário Municipal de Saúde e deliberação favorável do "Conselho Municipal de Saúde", para respaldar a decisão conclusiva do Chefe do Poder Executivo, que deverá ser precedida de parecer jurídico fundamentado.

Art. 4º. Caberá ao Interventor a prática de todos e quaisquer atos inerentes à Intervenção, a saber:

I - representar a entidade sob intervenção, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele;

II - verificar quais as medidas de ordem técnica, administrativa, jurídica e financeira serão necessárias ao restabelecimento do pleno e hígido funcionamento da unidade e serviços requisitados, se necessário for, inclusive mediante a instauração de auditoria específica;

III - gerir os recursos destinados ao nosocômio, podendo, para isso, movimentá-los e, se necessário, abrir ou encerrar contas bancárias, sendo-lhe vedado firmar compromissos financeiros para satisfação futura, seja a título de antecipação de receita ou a qualquer outro título;

IV - realizar auditorias contábeis mensais, necessárias à apuração de fatos e demonstração de inconsistências e falhas administrativas e operacionais;

V - observar o disposto no inciso II do art. 15 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993;

VI - providenciar inventário do estoque, bens e equipamentos, além dos respectivos laudos da situação da unidade sob intervenção;

VII - requisitar serviços de repartições públicas municipais e solicitá-los a repartições de outras esferas de governo indispensáveis ao cumprimento de sua missão;

VIII - gerenciar toda administração de pessoal necessário ao bom andamento dos serviços do hospital;

IX - uma vez sanadas as irregularidades e se demonstrando desnecessária a continuidade da intervenção, noticiar tal fato ao Poder Executivo e promover a eleição de nova mesa diretiva.

Parágrafo único. O interventor adotará as medidas que se fizerem necessárias para sanar as irregularidades, especificando-as:

- a.-) no relatório circunstanciado das ações e prestações de contas, a serem entregues mensalmente, até o 5º dia útil subsequente, e;
- b.-) no relatório conclusivo e prestação de contas consolidada, a ser entregue no final da intervenção.

Art. 5º. Diante da finalidade da intervenção, explicitada no parágrafo único do art. 2º deste Decreto, a Administração Pública local, durante os períodos interventivos, não responderá, solidaria ou subsidiariamente:

I - por eventuais créditos de natureza trabalhista, por não se configurar, em hipótese alguma, sucessão de empregadores;

II - por quaisquer responsabilidades civis decorrentes de atos cometidos por seus funcionários no exercício de suas funções;

III - por encargos previdenciários e fiscais de quaisquer espécies; ou,

IV - por dívidas, empréstimos ou repasses/convênios, a qualquer título, da instituição.

Art. 6º. Para fins do disposto no art. 2º deste Decreto, fica mantido o interventor na Irmandade

da Santa Casa de Misericórdia de Suzano, o o Dr. Rosvaldo Cid Cury, brasileiro, médico devidamente inscrito no CRM sob nº 42446, portador da cédula de identidade RG. nº 5.268.491 e do CPF/MF sob nº 386.862.108-30, com poderes de direção e administração do respectivo hospital, na forma da legislação própria.

§ 1º. A nomeação interventiva é de natureza personalíssima e exclusiva, sendo vedada a sua delegação, total ou parcial, a quem quer que seja.

§ 2º. A nomeação para desempenhar a função de interventor importa serviço público relevante, ficando o mesmo impedido de ocupar qualquer cargo remunerado dentro da Administração Pública Municipal, ou receber gratificações a qualquer título.

Art. 7º. Fica constituído um Conselho Fiscal Voluntário para acompanhar e fiscalizar os trabalhos da Interventoria na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Suzano, a saber:

I - **Presidente:** José Renato da Silva, RG nº 5.680.424-6;

II - **Vice-Presidente:** André Guan Lone Chiang, RG nº 24.794.862-7;

III - **Secretário:** Julio César Mayer, RG nº 11.283.345-7;

IV - **Membro Titular:** Luiz Carlos Prado RG nº 4.813.868-X;

V - **Membro Suplente:** Roberto Luiz Rossini Barbosa, RG nº 19.254.183-3.

§ 1º. Os trabalhos executados pelos integrantes do Conselho Fiscal Voluntário, a que se refere este artigo, dada a sua essência e destinação, importam em serviços de relevância pública e não serão remunerados a qualquer título.

§ 2º. A fiscalização a que alude este artigo não exime aquela exercida por dever de ofício dos agentes políticos e públicos competentes, assim como pelos órgãos interno e externo, na forma da legislação própria.

Art. 8º. Em conformidade com o contido nos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal; o disposto nos arts. 32, 35 e 150 da Constituição Federal; e o previsto no art. 51 da Lei Orgânica do Município de Suzano, o sistema de controle interno do Poder Executivo deverá acompanhar o disposto neste Decreto.

Art. 9º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, constantes dos orçamentos vigente e futuros, que serão suplementadas, se necessário.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às 00h00(zero hora) do dia 20 de março de 2019.

Paço Municipal "Prefeito Firmino José da Costa", 22 de março de 2019, 69º da Emancipação Político-Administrativa.



Diário Oficial Eletrônico

Município de Suzano

Poder
Executivo

Imprensa Oficial

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SUZANO

Imprensa Oficial do Município de Suzano, Lei Municipal nº 634 de 18 de Outubro de 1961, Decreto nº 9.059 de 28 de Julho de 2017

Paço Municipal - Rua Baruel, 501 - Centro - Suzano - SP - CEP: 08675-902 - Fone: 11 4745-2000

Ano: 03 - Edição EXTRA Nº 052.1 - 22 de março de 2019

RODRIGO KENJI DE SOUZA ASHIUCHI - Prefeito
Municipal

AFRÂNIO EVARISTO DA SILVA - Chefe de Gabinete

RENATO SWENSSON NETO - Secretário Municipal
de Assuntos Jurídicos